

A fantasia na política: sofrimento e culpa na contingência imprevisível do desejo

Márcia Barros Ferreira Rodrigues¹

Resumo: Nosso objetivo deste trabalho é analisar a partir do romance, “*Jóias de Família*” de Zulmira Tavares, a relação entre a formação social brasileira no contexto republicano e o “casamento” dos valores burgueses com o fundamentalismo religioso romano-cristão; da ilustração iluminista com a cultura religiosa conservadora e seus efeitos político-ideológicos nos sentimentos inconscientes que nos afetam. O romance será tomado como unidade de análise na perspectiva indiciária de corte psicanalítico e tratará das implicações político-afetivas desses condicionantes nas relações sociais e estrutura psíquica dos personagens no que denominaremos de autoritarismo afetivo. Interessa-nos analisar as fantasias de poder e autoridade contida nas emoções inconscientes dos personagens, sua influência nas permanências culturais de longa duração e o *pathos* (sofrimento) e culpa presentes na trama.

Palavras chaves: fantasia, política, ideologia.

Abstract: Our objective in this paper is to analyze, based on Zulmira Tavares' novel, “*Jóias de família*” (“Family jewels”), the relationship between the Brazilian social background in the republican context and the “marriage” of bourgeois values with the Roman-Christian religious fundamentalism; an enlightened illustration of the conservative religious culture and its ideological and political effects on unconscious feelings that affect us. The novel will be used as the analysis stand-point in the psychoanalytic indicative perspective and will deal with emotional and political implications of these constraints in social relations and the psychic structures of the characters in what we'll call emotional authoritarianism. It is of our interest to analyze fantasies of power and authority contained in the characters' unconscious emotions, its influences on long-lasting cultural tenements and the *pathos* (suffering) and guilt in the plot.

Key words: Fantasy, politics, ideology

A escritora Zulmira Ribeiro Tavares em *Jóias de Família* (2007) oferece-nos uma obra prima do ponto de vista literário. Os comportamentos caricaturais, dramáticos, cínicos e sórdidos dos personagens, vão pontuando sentimentos que revelam sutilmente as contradições e ambigüidades inclusas no processo de modernização conservadora pela qual passou a cultura política brasileira inscrita na tradição romano-canônica. Entretanto, o romance pode ser lido de forma linear tendo a falsidade e a mentira como tema central, marcado que é por segredos e mistérios indizíveis segundo a tradição conservadora da família burguesa no

¹ Doutora pela USP e Prof.^a Adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo. Este texto foi produzido originalmente como parte das atividades desenvolvidas nos meus estudos de Pós-Doutorado realizados na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2007, sob a supervisão do Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e no Laboratório Cidade e Poder da referida universidade. O texto em questão foi revisado e transformado no artigo ora apresentado.

Brasil, assentada que está no absolutismo afetivo.² Por isso, é preciso destacar que são exatamente as ilusões, falsidades e mentiras, presentes na trama, que aludem às contradições do processo de aburguesamento ocorrido a partir da década de 1930 no Brasil. A narrativa literária de *“Jóias de Família”* aborda a família nuclear burguesa e a permanência do patriarcalismo constitutivo do seu padrão conservador, moralista e autoritário. O puritanismo católico é tratado no romance por meio de temas, práticas e rituais consagrados pela ideologia e cultura religiosa que conformam o escopo doutrinário teológico e filosófico da cristandade ocidental e suas repercussões no mundo luso-brasileiro. O cenário é São Paulo e tem como pano de fundo o processo de ascensão e decadência de um segmento da burguesia paulistana no período que vai dos anos 30 até a década o final de 1960. Os temas enfocados a partir da saga da personagem principal, Maria Bráulia, são oriundos da ideologia religiosa cristã tais como: o casamento como sacramento, a religiosidade, a sacralidade da família, a virtude feminina alicerçada na obediência ao marido, a moralidade da justiça e do direito canônico; assim como temas transversais relacionados a estes, tais como: o homossexualismo, o adultério, os negócios escusos, o racismo, o preconceito social e o conflito de classe.

Isto posto, nossa proposta é analisar a relação entre a formação social brasileira no contexto republicano e o “casamento” dos valores burgueses com o fundamentalismo religioso romano-cristão; da ilustração iluminista com a cultura religiosa conservadora e seus efeitos político-ideológicos nos sentimentos inconscientes que nos afetam. O romance será tomado como unidade de análise na perspectiva indiciária de corte psicanalítico e tratará das implicações político-afetivas desses condicionantes nas relações sociais e estrutura psíquica dos personagens no que denominaremos de autoritarismo afetivo. Interessa-nos analisar as fantasias de poder e autoridade contida nas emoções inconscientes dos personagens, sua influência nas permanências culturais de longa duração e o sofrimento e culpa presentes na trama. O foco da análise será as tentativas de controle do desejo na conjugalidade e o engaste da ideologia romano-cristã na carona da contingência imprevisível do desejo. Traremos o tema proposto numa interpretação norteada pelas ciências sociais e a história, informada pela psicanálise. Faremos uma análise das ideologias e uma reflexão sobre a sociedade brasileira contemporânea a partir de suas permanências históricas numa perspectiva indiciária de corte psicanalítico. Essa perspectiva utiliza a racionalidade do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989), ampliando-o ao tratar os indícios enquanto sintomas. Procura interrogar “as

² Estamos utilizando essa denominação no sentido empregado pela historiadora Gizlene Neder em seus escritos sobre as relações entre Direito e História e seus efeitos na tradição jurídico-penal luso brasileira. Ou seja, um conjunto de sentimentos/pensamentos baseados no princípio teológico romano-cristão da perfeição.

práticas, os saberes e os afetos a partir dos matemas da psicanálise e de seu postulado: há falta no Outro”. Esse real da psicanálise é buscado “no campo da cultura e investigado a partir da lógica tanto do significante, inscrito na ideologia e nas lutas históricas, bem como na economia do gozo” (CERQUEIRA FILHO, 2005: 6).

O enredo do romance está centrado no relato da vida de Maria Bráulia Munhoz. O foco da narrativa é a existência, ou não, de um anel raro e valioso, de rubi sangue de pombo, dado como presente de noivado à Maria Bráulia pelo futuro marido, um juiz de direito por nome Munhoz. A vida de Maria Bráulia é narrada a partir da velhice na condição de viúva sem filhos e decadente que, no entanto, não perde a pompa e nem abre mão da manutenção dos rituais de poder e dominação internalizados por sua condição de classe por meio de um longo processo de socialização no e pelo casamento. Maria Bráulia Munhoz é filha de uma família rica oriunda da indústria de tecidos, representante da burguesia paulistana dos anos trinta que se casa com Munhoz, juiz de direito, austero, bem de vida, mas não propriamente rico. O casamento é por interesse mútuo. Interessa a Munhoz entrar para o círculo de poder da burguesia paulistana e interessa a família de Maria Bráulia ter um representante do judiciário entre os seus. A entrada de Munhoz é estrategicamente planejada e está simbolizada pelo anel de rubi com o qual presenteia a noiva e que, como o pretendido por este, produz um efeito de poder perante a família de Bráulia. O recurso literário da narrativa nos conduz ao processo de socialização e aprendizado que vai da ingênua Braulinha, à velha “cínica” dona Brau. Não há linearidade cronológica. Os fatos se misturam e se mesclam no passado e no presente ao sabor das recordações que os acontecimentos despertam na personagem ou são pontuados e esclarecidos pela autora enquanto narradora. Durante o percurso, ficamos sabendo que o anel de rubi era falso, que o juiz era homossexual e mantinha um amante como secretário, que Braulinha foi entregue, pelo marido, como amante, ao joalheiro Marcel, amigo da família e cúmplice do casal. E este, na condição de seu amante, a presenteara com um legítimo cabochão de rubi.

Tomando a literatura como um campo fecundo para pensar as emoções enquanto manifestação da política. E entendendo que o afeto é político e que conforma nossas ações muito mais do que o pensamento (CERQUEIRA FILHO, 2002). Destacamos a máxima de Lacan (1966/1988), de que o inconsciente se estrutura como uma linguagem e essa linguagem é pulsional. Assim, buscamos indícios em “*Jóias de Família*”, dos elementos da condição humana, na linguagem, partindo do pressuposto de que a linguagem é vida (pulsão) e oferece um riquíssimo material para análise de sintomas sociais, articulando Teoria Política, Psicanálise, Literatura e História. Segundo nos informa Julien Philippe, em *Abandonarás teu*

pai e tua mãe (2000), a psicanálise nos informa a existência de três leis diferentes: a lei do bem-estar, a lei do dever e a lei do desejo. Elas não são equivalentes, não se substituem umas às outras. Conforme as circunstâncias da vida, ou bem ocupam seus próprios lugares respeitando a especificidade de cada um, ou bem entram em conflito. A lei do desejo deve então se apagar em proveito de uma das outras duas. É isso que constitui o trágico da existência. A trama da peça literária em questão aborda exatamente as tentativas de controle da lei do desejo na conjugalidade.

A discussão inicial do romance gira em torno da falsidade ou não do anel de rubi. Esse é o pretexto de Zulmira que dá voz a Maria Bráulia e início à trama. O anel de rubi, por deslocamento, inicia a cadeia do circuito pulsional. O leitor é apanhado de surpresa em uma narrativa que parece já em andamento. No início há um pouco de suspense e o leitor precisará avançar mais para estabelecer as relações entre a cadeia de significantes presentes na narrativa. Os entrelaçamentos possibilitam várias interpretações, entretanto, entendemos que o significante mestre da narrativa é representado pelo cabochão de rubi, sob o qual se desenvolve a cadeia significativa que comanda a cadeia pulsional, ou seja, o desejo sexual reprimido que alude ao poder fálico. A metáfora jóia, por efeito de deslocamento, representa respectivamente o anel e o cabochão enquanto representantes da representação. É em torno do casamento e das relações familiares e sociais do casal, que circula a pulsão, ou melhor, a linguagem pulsional do texto literário. Na teia de relações estabelecidas pelos triângulos amorosos estão: o secretário-fisioterapeuta, amante do juiz, a empregada da família Maria Preta e sua sobrinha-neta, afilhada Benedita e o sobrinho-secretário de Bráulia, Julião, juntamente com sua mulher Jurema e seu amigo Bento. O primeiro triângulo é formado pelo casal Munhoz (o juiz e sua esposa, Maria Bráulia) e o amante do juiz, o secretário-fisioterapeuta, cuja invisibilidade é tal, que ele é o único personagem não nomeado. O que representa o desejo homossexual reprimido que, entretanto, retorna à cena e se repete sintomaticamente. O cerne da questão está na referência simbólica ao rubi.

[...] se tornou a pedra dos enamorados, que inebria sem contato. No entanto, a crer no bom prelado é o olho único e avermelhado que têm no meio da testa os dragões e as serpentes fabulosas. É então, chamado de escarbúnculo. Ela supera todas as pedras, as mais ardentes, lança raios como um carvão aceso, e cuja luz as trevas não conseguem apagar (CHEVALIER & GHEERBANT, 2005: 792).

O simbolismo da “pedra que inebria sem contato”, alude ao casamento estéril do casal, assim como, o carvão aceso, “cuja luz as trevas não conseguem apagar”, alude ao desejo homossexual que, mesmo nas trevas, explode no discurso cifrado. O primeiro triângulo dá

origem ao segundo e ambos sustentam a trama e o enredo da estória. É deles que se origina a cadeia de significantes e o circuito pulsional. As jóias de família representadas pelo anel e pelo cabochão aludem respectivamente à homossexualidade reprimida do juiz e a sexualidade embotada de Maria Bráulia. Ambos remetem à culpa cristã que atormenta a todos e indica a vulnerabilidade diante da autoridade instituída de forma autoritária pela ideologia católico-romana que alicerça a família nuclear patriarcal e seu pilar maior: o casamento. O juiz estabelece uma relação sádica e autoritária com o amante e com a esposa, garantido que está na autoridade patriarcal alicerçada no sacramento do matrimônio, na sua condição de homem e, sobretudo, de juiz. Com o secretário-fisioterapeuta Munhoz estabelece uma relação de mando baseada na subserviência alicerçada no anonimato e invisibilidade social deste, e pela sua condição de classe. Com sua esposa a relação autoritária é garantida pelo casamento e pelo paternalismo. Entretanto, essa dominação é dissimulada por um efeito de inversão próprio da ideologia. Maria Bráulia aceitava as mentiras do marido por medo, e aprendeu com ele, a técnica da dissimulação.

Toda a técnica sem dúvida ela aprendera aos poucos, por “contágio”, no convívio de anos com o juiz seu marido, muito mais velho, e que sempre fora nesse campo, mestre [...] É um respeitador! [...] pensara imediatamente em seguida e pediu a Deus para voltar sua atenção para o rubi (TAVARES, 2007: 25 e 22).

Por outro lado, a cadeia significante se estende ao joalheiro Marcel de Souza Armand que, autorizado pelo juiz e por sua condição de gênero, também exerce seu autoritarismo patriarcal e paternalista sobre Maria Bráulia, “ilustrando-a”, como o juiz também o fizera. Marcel, assim como Munhoz, construiu uma estória composta por diversos “materiais”, da mesma forma como se fabrica uma jóia falsa. Montou uma biografia escudada na santidade para impressionar Maria Bráulia e conseguir seus favores sexuais. Quanto à relação de Munhoz com o joalheiro Marcel, a cadeia associativa se estabelece pela ideologia do favor por conta da homossexualidade do juiz. As visitas de Munhoz à joalheria de Marcel para comparar presentes para seu amante, sempre vinha acompanhada por um pedido de discrição. Em troca dessa discrição, o juiz lhe oferece a mulher como amante. O pacto entre os três é selado no silêncio. Por parte de Maria Bráulia o circuito se dá pela relação de obediência e submissão ao marido e ao amante, e pela relação de dominação sádica que estabelece com o sobrinho-secretário Julião e com a empregada Maria Preta. Por extensão, a cadeia se estende à Benedita, sobrinha de Maria Preta. Nesse caso a dominação é alicerçada na condição de classe e na herança escravocrata. A pulsão se manifesta no desejo sádico de se vingar no mais fraco, das agruras vividas. Dessa forma, Maria Bráulia faz do sobrinho seu capacho, sustentando a

relação pela ambição deste na herança representada pelas suas jóias de família, principalmente no suposto rubi sangue de pombo que ela, cinicamente, sustenta como existente. Bráulia “amolava” sua mágoa com o marido, no sobrinho-secretário. Entretanto, as relações não param e seguem entre Julião, a mulher Jurema e o amigo Bento. Julião, pela frustração de suas ambições na herança da tia, não consegue ter relações sexuais com Jurema e usa como desculpa as mesmas mentiras aprendidas com a tia que, por sua vez, aprendeu com o juiz e com o amante. Jurema, pela sua condição de mulher casada e submissa, demonstra sua inesgotável compreensão. Bento, comparsa de Julião no projeto escuso dos jogos eletrônicos, também repete a atitude de contrariedade do amigo. Com Maria Preta a dominação é garantida pela subserviência secularmente mantida, como afirma Pierre Legendre (1983), no amor ao censor, onde a pulsão encontra seu destino e gozo insaciável no prazer masoquista de servir. Acrescente-se a isso, o distanciamento hierárquico e social e a desconfiança de Maria Bráulia em relação à Maria Preta.

Maria Preta é como se fosse da família [...] uma vez que não é da família, é apenas como se fosse.” “O dia está muito bonito e lá (na varanda) ficarão a salvo dos ouvidos de Maria Preta. Maria Preta é discreta mas não é surda; e o apartamento é pequeno. Um dia dona Brau me apareceu com os olhos de fogo e me foi falando quase aos gritos: “Quede meu cabochão de rubi? Quede ele. Eu nem sabia do que se tratava, eu fiquei de boca aberta [...] e foi a vez que ela me ofendeu muito, parecia que estava desconfiando de mim!” (TAVARES, 2007: 8-9 e 68).

Entretanto, a hierarquia e a dominação de classe costura a cumplicidade entre as duas e reforça o par sado-masoquista do amor ao censor.

Oh! Depois de tanto tempo! Com seu lindo rubi de tanajura no dedo dona Brau? Que é isso Preta? Quantas vezes já lhe falei? Rat-na-pura! Do Sri Lanka, do Ceilão....Ah, ahn – Maria Bráulia ri com doçura e tolerância, muito divertida balançando a cabeça de lá para cá. Ahn, ahn – se ri também Maria Preta balançando igualmente a cabeça [...] como se o engano não fosse só seu mas das duas, uma terceira misteriosa entidade pela qual as duas zelassem juntas, que lhes fosse preciosa por igual, e da qual falassem com igual complacência.. Estão com os rostos próximos, ambas com o olhar preso no anel de Maria Bráulia – atadas pelo pescoço por duas coleiras iguais, elos, cadeias de lembranças rolando (TAVARES, 2007: 36).

Está tudo dito, o ritual entre as duas reedita, sintomaticamente, a obediência e a submissão embutida naquele padrão de dominação.

Continuando o circuito pulsional a cadeia segue com Maria Preta e a sobrinha-neta afilhada Benedita. Entretanto, a cadeia significativa com Benedita, é diferente, é por aí que entra abertamente o conflito de classe e, também, os ressentimentos e a inveja. Benedita

diferente de Maria Preta se insurge à subordinação. Ironiza Maria Bráulia e deixa claro, para Maria Preta, que não pretende seguir sua trajetória. Não quer ficar na família. Benedita não quer dar continuidade à saga das Marias. As Marias da família eram chamadas pelo segundo nome, Francisca, Bráulia, Altina, no entanto, as Marias empregadas, eram chamadas por apelidos discricionários e estigmatizadores, como Russa, Preta, Só Maria. Benedita se nega a ser chamada de Dita, como ficou determinado pelas sinhazinhas. Benedita chegou nomeando a si própria de Bene. “No meu nome mando eu. Mexo eu!” Por outro lado, Maria Bráulia não consegue disfarçar a insuportabilidade do gozo do outro e expressa sua inveja em relação a sensualidade e juventude de Benedita. “Aquela negrinha sonsa que só porque desbotou um pouco pensa que já é branca” (TAVARES, 2007: 39).

Fechando a cadeia, voltamos ao falso anel de rubi. Este, simbolicamente, representa a falha do juiz. E coube a Maria Bráulia, sustentá-la. Não é por acaso que se chama Bráulia, o feminino de Bráulio, que na gíria, significa pau, pênis. No início da vida conjugal, a inocência de Braulinha juntamente com medo produzido pela autoridade patriarcal do marido, fez com que ela desenvolvesse um mecanismo de recusa, buscando justificativas pueris para seu casamento estéril, o convívio com o amante do marido, a descoberta da falsidade do anel etc. Com o passar dos anos e do processo de aprendizado, ela desempenhou com desenvoltura a arte da dissimulação e, cinicamente, encenou o enredo a ela determinado socialmente. Já o cabochão (prego de cabeça grande), representava o pênis do amante. A referida jóia era um rubi legítimo e selou a relação amorosa. Aliás, plenamente justificada pelo direito canônico, contido no Código Civil brasileiro, denominado ironicamente de *Código Canônico*, aludindo ao que Neder (2007) vai apontar como o “casamento” político-ideológico do direito romano canônico com os valores burgueses. Trata-se do erro essencial, previsto no Código Civil brasileiro, até hoje. Assim, Marcel ao presentear Bráulia, explicou-lhe que um rubi verdadeiro contém sempre uma inclusão, que é uma imperfeição, uma impureza provocada pelo trabalho da natureza e que qualifica um rubi como verdadeiro. Portanto, o homossexualismo do juiz representava uma inclusão no casamento de Bráulia. O que Marcel lhe propõe é aproveitar essa inclusão para produzir um efeito. Um falo duro e viril representado pelo cabochão de rubi, coroado com um efeito estrela, velando assim o caráter sacramental do casamento, da família, da tradição, da perpetuação do poder, dos negócios, da política, da justiça e do decoro. Enquanto significante mestre, o cabochão de rubi alude ao espectro do desejo sexual e também a honra masculina maculada pelo casamento estéril de Bráulia.

Em *Jóias de Família*, a realidade perde sua plenitude pegajosa e remete a um amplo leque de significados. O jogo realizado e encenado pelos personagens aponta para a dialética

da interpelação ideológica que guarda íntima relação com os sentimentos inconscientes. Por isso, partimos do pressuposto de que “toda análise social da ideologia remete ao imaginário e aos efeitos de ilusão/alusão [...] e que a questão do sujeito é constitutiva da instância ideológica, que, por sua vez, remete a problemática do inconsciente” (CERQUEIRA FILHO, 1988: 2-3). Sendo assim, pensar, representar, sentir, emocionar-se são momentos da práxis tanto quanto agir. O pensamento, as representações (metáforas e metonímias) e as formações discursivas, inclusive o discurso literário, são efetivamente formas de existência social. Entretanto, existem defasagens entre o sentir, o pensar e o agir que permite entender o discurso na sua dimensão ideológica. Não como pura ilusão, mas produzindo um efeito social específico. Melhor dizendo, o efeito da ilusão é uma das alusões da ideologia; uma, dentre outras. Assim, se a trama construída em “*Jóias de Família*” gira em torno da falsidade do anel. É essa falsidade que alude ao significante mestre representado pelo cabochão. Este é o traço identificatório principal, embora, por deslocamento (efeito de ilusão), pareça ser o anel. Por isso, é preciso destacar que é o cabochão que produz um efeito contundente e significativo pelo que contém de fálico em relação ao anel.

Prosseguindo nosso argumento, acreditamos que o comportamento psíquico do indivíduo não é um simples reflexo passivo de conflito, mas uma forma ativa, ainda que mistificada, de resolvê-lo. O mesmo se pode dizer das ideologias, que não são meros subprodutos inertes das contradições sociais, mas estratégias habilidosas para contê-las, administrá-las e resolvê-las imaginariamente. O que temos aqui é o paradoxo estrutural-dialético de um efeito (aparição espectral, fantasmagórica) que só existe para apagar as causas de sua existência. Nesse sentido, o indício pode ser lido como sintoma. É nesse ponto que nos afastamos do indiciário de Ginzburg (1989) para nos aproximar da psicanálise. Trata-se de um diálogo entre indício e excesso. O excesso tomado como indício. Este é o alvo do indiciário de base psicanalítica que nos inspira e que leva necessariamente aos domínios moleculares do desejo. Incluí as emoções (contradição, ambivalência) que nos afetam na discussão do político e da ideologia. Nesse sentido, “*Jóias de família*” permite analisar o quanto de imaginação e de fantasia está a grudar e a moldar a nossa realidade circundante.

Na constelação de temas contidos em “*Jóias de Família*”, temos o casamento e a família atraídos, como enfatiza Neder (2000), pelo princípio da perfeição e da representação das ideologias seculares num processo de apropriação cultural e atualização histórica. A representação fica então subordinada e vulnerável à tradição cristã de separar corpo e alma, soma e psique. O desconhecimento do próprio corpo é campo fértil para fantasias maníacas forjadas em uma concepção onipotente do corpo, do absolutismo afetivo e da potencia da

vontade. Nesse sentido, o personagem do juiz Munhoz é exemplar para abordamos o sofrimento produzido por esse processo. A última frase dita antes de morrer, “in dubbio pro reo”, condensa dramaticamente a angústia da dúvida numa vida regida fortemente pela fantasia absolutista da vanglória de mandar, mas também e, sobretudo, pelo sofrimento como expiação. Assim, quando as permanências ideológicas se soldam naquilo que é particular ou contingente, representa a pegada da ideologia. No caso de “*Jóias de Família*”, o elemento permanente é o direito canônico que, via o escopo doutrinário da cristandade ocidental, se engasta no processo histórico particular da transformação capitalista no Brasil, resultando no “casamento” dos valores burgueses com os valores morais e religiosos do puritanismo católico romano. Este, representado pelo casamento como sacramento, daí a culpa e o sofrimento. O registro de gozo dos personagens se dá no imaginário que organiza a vida social do casal e das relações familiares. O mecanismo de dominação da ideologia puritana do cristianismo romano interpela os personagens capturando suas subjetividades no curso da estória. Os afetos e os sentimentos na sua dimensão psíquica e social revelam, em última instância, a dimensão política do sofrimento, constituído e conformado pelo absolutismo afetivo, a ideologia do favor, a vanglória de mandar, o casamento como sacramento, a representação da família nuclear burguesa e patriarcal, o controle da sexualidade e do desejo e pelo sofrimento como expiação.

O desfecho de “*Jóias de Família*”, alude e denuncia aquilo que impede o acesso ao desejo e causa dor e sofrimento. A realidade só se apresenta através de sua simbolização incompleta. O fantasma da culpa emerge justamente nessa lacuna que separa a realidade e o real e, em virtude da qual, a realidade tem o caráter de uma ficção. O fantasma dá corpo àquilo que escapa à realidade (simbolicamente estruturada). Como o limite entre a ficção e realidade é muito tênue, podemos dizer que a fantasia se gruda e molda a realidade, tanto no romance quanto na vida real. Por isso, o mecanismo analisado nessa ficção literária, diz respeito a todos nós. Revela nossa humanidade e o quanto as ideologias podem se grudar às nossas fantasias. Reconhecer esse poder é abrir caminho para o árduo e difícil trajeto a ser descoberto, por cada um, na incessante busca pela satisfação desse obscuro objeto chamado desejo, que reina soberano na sua incompletude.

Referências

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *O autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento*. São Paulo: Editora Escuta, 2005.

_____. *Édipo e Excesso. Reflexões Sobre Lei e Política*. São Paulo: Sérgio Fabris Editor, 2002.

_____. *Análise social da ideologia*. São Paulo: EPU, 1988.

CHEVALIER, Jean e GHEERBANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Verbete Rubi. Rio e Janeiro: José Olympio, 2005, p.792.

GINZBURG, Carlo. *Mito, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LACAN, Jaques. (1966) *Escritos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

LEGENDRE, Pierre. *O amor do censor, ensaio sobre a ordem dogmática*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária: Colégio Freudiano, 1983.

NEDER, Gizlene. *Idéias jurídicas e autoridade na família*. Gizlene Neder & Gisálio Cerqueira Filho, Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. *Iluminismo jurídico-penal luso brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

PHILIPPE, Julien. *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000, p. 39.

TAVARES, Zulmira Ribeiro *Jóias de Família*. Editora: Companhia das Letras, 2007.